



GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
VII Legislatura

PAOD – José Decq Mota
16/05/2002

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Há alguns dias atrás, a opinião pública regional em geral e em especial a opinião pública mais informada das Ilhas São Jorge, Pico e Faial, foi surpreendida com o ressuscitar de uma velha teoria ligada à exploração portuária e à distribuição de mercadorias.

De facto o Presidente da Câmara de Comércio de Angra veio defender, na senda de outros que o têm tentado, que o porto da Praia da Vitória deveria ser a “placa giratória” de entrada e saída de mercadorias da Região para as Ilhas situadas a Oeste da Terceira.

Esse conceito de “placa giratória” obrigaria à introdução de outras duas práticas que seriam a baldeação de cargas e a desconsolidação de contentores naquele porto e criaria uma outra necessidade que era de ser garantida pela cabotagem toda a distribuição e toda a concentração de mercadorias para as Ilhas e de mercadorias das Ilhas naquele porto da Ilha Terceira.

Essa orientação seria, certamente, muito vantajosa para os armadores de cabotagem, porque criava uma necessidade que se transformava directamente em facturação e certamente em facturação vultuosa; seria uma solução de criação artificial de movimento no porto da Praia mas que, por si só, nada acrescentaria à economia daquela ilha; **seria, contudo uma solução completamente impensável à luz das realidades que temos.**

Para beneficiar e tornar imensamente rentável o negócio da cabotagem em pequenos navios, introduzia-se mais tempo na circulação das mercadorias, menos segurança e mais custos. Para defender um ou dois actuais armadores de cabotagem e mais um ou dois potenciais armadores, o empresário que preside à Câmara do Comércio de Angra não hesitou em dar voz a uma proposta que faz o tempo andar para trás e prejudica centenas de empresários em várias ilhas. Para defender essa solução de demarcação entre aquilo que é considerado a centralidade

e aquilo que é considerado a periferia o referido dirigente empresarial não hesita em avançar com uma proposta que prejudica milhares de cidadãos de seis ilhas.

Estas ilhas ditas “de baixo” têm ligações directas regulares com o Continente desde a fundação da Empresa Insulana de Navegação no final do século XIX.

Estas ilhas, ditas “de baixo” têm hoje portos preparados para receberem, como recebem, navios médios porta-contentores.

Estas ilhas, embora com menos população, têm movimento de mercadorias que têm motivado o interesse de três operadores.

Pretender fazer o tempo andar para trás; pretender esquecer os empreendimentos portuários feitos; pretender passar para 2º plano os apoios públicos atribuídos à renovação das frotas comerciais; pretender fazer tudo isto, apenas para criar um negócio de baixa qualidade para dois ou três é qualquer coisa de absurdo que não pode ser consentido.

A baldeação como solução única para essa série de ilhas e a desconsolidação de contentores como solução inevitável e sistemática é um absurdo tão grande como absurdo seria o de fechar aeroportos em várias ilhas para ser mais barato.

Acontece porém que essa dita “solução” remeteria muitas ilhas para um padrão menor e globalmente mais caro de transporte de mercadorias.

O Grupo Parlamentar do PCP não podia deixar de marcar explicitamente a sua posição de recusa desta tentativa de pôr a dispersão das nossas ilhas ao serviço fácil de quem quer ganhar dinheiro sem custo.

Estou certo que muitos outros senhores deputados nos acompanham nesta posição.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Diz o nosso povo que “quem não aparece esquece” e diz também que “quem não é falado não é lembrado”.

Vem esta citação dos aforismos a propósito de uma necessidade muito urgente desta ilha, que é ao mesmo tempo uma necessidade urgente da agro-pecuária da Região – estou a referir-me, como é óbvio, à nova fábrica da Cooperativa Agrícola de Lacticínios do Faial.

Sabe-se que o processo está em curso; sabe-se que o projecto estará aprovado; sabe-se, além de tudo o mais, que os compromissos estão assumidos, mas é necessário saber o que falta para as obras se iniciarem.0

Este investimento reprodutivo estratégico está com um atraso de muitos anos. É, a nosso ver, obrigação de quantos podem intervir no processo, realizar todos os esforços para que se passe à fase de concretização.

O desenvolvimento de uma estratégica adequada para a nossa economia, passa, nesta ilha do Faial, por este importantíssimo investimento, sem mais demoras.

Por essa razão central peço ao Governo que sejam dadas todas as informações úteis para se saber o que se está a passar com este caso.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

O processo de reconstrução, com todas as suas dificuldades de gestão, está a transformar-se numa situação de crescente complexidade e vai ganhar cada vez mais a perspectiva de um processo globalmente mal resolvido.

O Relatório da Comissão Eventual apresentado aqui há apenas dois dias é exemplo disso mesmo, quando nos revela uma acentuada exiguidade de informações e quando nos mostra que o Governo persiste em não acatar ou dilatar a aceitação das recomendações feitas por esta Assembleia.

Das informações constantes no Relatório nada consta sobre a discriminação e classificação das despesas com a Reconstrução; nada consta sobre aspectos essenciais dos contratos com empreiteiros; nada consta sobre a actual previsão da evolução dos trabalhos; mas o certo é que tudo isto foi perguntado, mas não respondido.

Apesar de tudo quanto até ao momento não correu bem, sou dos que pensam que este processo ainda poderia ter correcções importantes e sou dos que pensam que com a Resolução de Junho de 2001 e com as posturas assumidas, em Comissão, por todos os partidos, esta Assembleia tem dado um contributo positivo para que se abram esses caminhos correctores.

Entretanto não é esse o entendimento do Governo.

A forma como o Senhor Secretário Regional da Habitação e Equipamentos se apresentou na Comissão no dia 30/04/2002 foi a demonstração de uma obstinação

que é prejudicial desde logo para os sinistrados, para o erário público e naturalmente, para a avaliação global que será feita sobre a acção governativa na reconstrução.

Não queria deixar de transmitir esta apreciação ao Plenário da Assembleia Legislativa Regional dos Açores.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Ontem à noite foi, nesta cidade, realizada uma muito digna sessão cultural integrada nas comemorações dos 150 anos do Liceu da Horta.

A Presidente da Comissão Executiva provisória da actual E B 3/S Dr. Manuel de Arriaga, herdeira do antigo liceu, lembrou uma vez mais a grande importância e necessidade que há em dar-se início à execução do projecto, já concluído, para a construção da nova escola secundária.

Como todos bem sabemos a execução desse projecto, previsto no PMP aqui aprovado, para ter início em 2003, é essencial para viabilizar a funcionalidade de duas escolas hoje pessimamente instaladas: a E B 2/3 da Horta e a E B 3/S Dr. Manuel de Arriaga.

A declaração a esse propósito feita pelo Senhor Secretário Regional da Educação na referida sessão de ontem teve aquela ambiguidade perigosíssima que marca sempre as declarações do Senhor Secretário: fez fé que o projecto é para executar e é bem necessário, mas esqueceu-se de referir o que está no PMP a este respeito.

Hoje queria apenas lembrar que este é um tipo de projecto e de obra que é inadiável e que as decisões politicamente negociadas e tomadas nesta Assembleia a este propósito são para cumprir sob pena de todo o processo político democrático ficar desacreditado, como desacreditados ficariam os que faltassem ao negociado e aprovado.

Isto sob o aspecto do compromisso político.

Mas há outro compromisso, educacional, um compromisso que é um dever para com os alunos faialenses. Na visão do Senhor Secretário, os alunos são os clientes do sistema de Ensino, acrescentando depois que o cliente tem sempre razão. Embora rejeitemos esta visão mercantilista do Ensino, mais que não seja para obedecer à óptica do Senhor Secretário há que cumprir os compromissos políticos

e educacionais assumidos. Para que os alunos/clientes do Faial possam igualmente ter a razão que já assiste a muitos dos seus colegas de outras ilhas.

Senhor Presidente

Senhores Deputados

Senhores Membros do Governo

Termino já, não sem antes cumprimentar Vossa Excelência Senhor Presidente e a Mesa pelo apoio e incentivo que decidiram, oportunamente, dar a todo o trabalho que está a ser feito para que seja valorizada a memória do Doutor Manuel de Arriaga e para que seja mais profundamente estudada o seu pensamento, obra e acção política.

A Associação dos Antigos Alunos da Escola Básica e Secundária Dr. Manuel de Arriaga, numa acção que demonstra que tais associações podem ter um destacado papel na nossa vida cultural e social, está a desenvolver um importante trabalho à volta da figura do primeiro Presidente eleito da República Portuguesa.

Tal trabalho que já tem o envolvimento do Presidente da República, que tem o apoio explícito desta Assembleia, já mereceu também a atenção e apoio do Presidente do Governo Regional.

A memória do Doutor Manuel de Arriaga merece o nosso respeito, merece a criação de uma Casa Museu na Casa dos Arriagas, na Travessa de São Francisco nesta cidade, merece o apoio e estudo científico do seu espólio, merece a transladação dos seus restos mortais para o Panteão Nacional.

O aprofundamento dos esforços em causa nestes sentidos é uma necessidade que urge encarar e acarinhar.

Disse.

Muito Obrigado.